Quarta-Feira, 11 de Novembro de 2026

Os Limites do Pragmatismo Político

Quando falamos sobre curar uma doença grave e sistêmica, existe sempre aquela expectativa de um ambiente perfeitamente estéril — como uma sala de cirurgia resfriada e bem iluminada, onde o cirurgião tem controle absoluto das ferramentas para remover o tecido doente sem contaminar o paciente. É o cenário que todos desejam.

A pureza do ambiente é o que, em tese, garante a segurança do procedimento e a sobrevivência de quem está ali, na mesa, totalmente vulnerável. Ninguém quer ser operado no meio da rua.

No entanto, ao entrarmos na arena política — especificamente nas nossas instituições públicas —, descobrimos que essa cirurgia precisa ser feita no meio da rua, na lama e, pior, sob uma tempestade. É nesse ambiente hostil que nasce a grande tensão da nossa realidade institucional.

Se exigirmos a sala estéril e a pureza moral absoluta para começar a operar, o paciente morre à nossa frente enquanto esterilizamos o ambiente e o bisturi. Mas, se operarmos na lama, cedendo ao pragmatismo rasteiro de usar qualquer ferramenta, mesmo que suja, à disposição, corremos o risco de ser a causa da infecção fatal. É um dilema que parece sem saída — um verdadeiro campo minado moral e prático.

Essa tensão entre a integridade absoluta e o cálculo político não é uma discussão teórica. É o que define, no fim das contas, se um movimento político transformador sobreviverá no poder ou se tornará apenas uma nota idealista de rodapé.

De um lado, há quem olhe para esse cenário e defenda firmemente que a verdadeira transformação exige a recusa radical do balcão de negócios. Para essa corrente, a liderança deve guiar-se estritamente pela razão e por princípios inegociáveis, pois operar na lama invariavelmente mata o paciente a longo prazo.

De outro lado, há quem veja a questão por um ângulo pragmático: a matemática política exige cálculo e unidade estratégica. Ou seja, o purismo disfarçado de virtude pode, inexoravelmente, levar ao isolamento e à derrota — e, pior, acabar entregando o país àqueles que não têm escrúpulo algum.

Para entendermos como chegamos a esse nível de desgaste, é preciso olhar para os últimos 38 anos, desde a Constituição de 1988. Um longo período de estagnação. O atraso estrutural do Brasil não é um acidente geográfico, nem decorre de falta de talento do nosso povo.

Nós permitimos que fosse criado um sistema engenhoso — uma máquina que se alimenta de si mesma —, em que o Estado foi inchado deliberadamente para garantir privilégios corporativos. A classe dirigente passou a tratar a política não como um projeto de nação, mas como partilha de espólio. É como se o Estado fosse um navio pirata e cada eleição, apenas a renegociação de quem fica com qual parte do saque ou butim, para ser fiel à analogia.

A grande ilusão e o erro fatal de muitos líderes é achar que podem consertar esse sistema jogando exatamente o mesmo jogo que o criou. A verdadeira liderança não pode coligar-se com a velha política sob a simples desculpa da governabilidade.

Quando cede ao entregar ministérios ou secretarias de orçamento alto a corporações que vivem de sugar os cofres públicos, o governante deixa de ser o agente da mudança e internaliza a doença, tornando-se uma engrenagem do fisiologismo que destrói o amanhã em troca da manchete positiva de hoje.

Contudo, a política não existe em um vácuo moral ou em um laboratório filosófico; ela acontece no tabuleiro real do poder. Nesse tabuleiro, dominar as quatro operações matemáticas da política não é uma falha de

caráter, mas um dever de ofício de quem se propõe a governar. Quem não sabe somar apoios e multiplicar alianças na hora certa acaba dividindo a própria base e subtraindo suas chances de vitória.

Pensemos no mecanismo de um segundo turno: uma escolha binária em que se apresenta a oportunidade de evitar o abismo e impedir que a engrenagem do atraso mantenha o controle total do Estado. Diante desse cenário, exigir purismo absoluto e rejeitar alianças pode deixar de ser um ato de heroísmo moral para se tornar um projeto de vaidade.

Sem 50% mais um dos votos, não há aprovação. Sem o apoio daqueles que talvez não sigam a mesma cartilha moral, o resultado prático é a entrega total da nação à situação vigente.

Todavia, o perigo de focar apenas nas quatro operações é reduzir a complexidade da liderança a um mero cálculo de sobrevivência. Há um custo invisível e altíssimo nisso: um projeto de nação sustentável se constrói por afinidade de valores, não pelo ingresso no “clube da conveniência”.

Quando o governo faz alianças fisiológicas para aprovar projetos e entrega setores estratégicos em troca de apoio parlamentar, ele não soma aliados; compra acionistas que cobrarão dividendos em verbas públicas.

Romper com essa lógica exige diferenciar acordos estratégicos legítimos da simples cooptação do crime e do patrimonialismo.

Na vida real, contudo, a escolha raramente é entre a pureza e a corrupção absoluta. Muitas vezes, é a escolha angustiante entre o ruim e o catastrófico. O adversário populista e autoritário não tem escrúpulos estéticos: fará todas as alianças matemáticas necessárias para tomar o poder e alterar as regras do jogo.

Se as atuais forças de oposição perderem a capacidade de somar, entregarão definitivamente a chave do cofre aos maiores predadores do sistema por se recusarem a apertar as mãos de políticos tradicionais.

Essa dicotomia oferece um espelho incômodo para a nossa vida pública. A fronteira entre o líder que constrói e o que apenas incha a máquina estatal é tênue, mas definirá as próximas décadas do Brasil. Exige maturidade do eleitorado e dos governantes: a capacidade de não cair no conto dos fisiológicos nem na armadilha dos moralistas que vociferam enquanto o país afunda.

Voltamos, assim, àquela tensa sala de cirurgia do início. No entanto, o Brasil está no chão da rua, respirando com dificuldade. O cirurgião que se recusa a sujar as mãos na lama e deixa o paciente morrer é verdadeiramente excelente ou apenas vaidoso? E o cirurgião que mergulha as mãos na lama conseguirá evitar que a infecção de seus métodos mate o paciente no dia seguinte? Fica a reflexão.

Marcelo Augusto Portocarrero é engenheiro civil